



**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES
DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR –
ANO LETIVO 2024/2025**

Caderno de Encargos

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I – Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, adiante designadas por AEC's, para os alunos do 1.º CEB do Agrupamento de Escolas de Sardoal, no ano letivo 2023/2024, de acordo com as definições constantes na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, Decreto-Lei n.º 369/2015, de 24 de agosto e demais legislação.

2 – A presente prestação de serviços contempla o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Laboratório da Criatividade;
- Crescer a Saber e Ser;
- Observar, Refletir e Agir;
- Iniciação às TIC.

3 – A prestação de serviços deverá cumprir com as cláusulas técnicas constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, (doravante

designado CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo do contrato

O contrato terá a duração correspondente ao ano letivo 2024/2025, de acordo com o calendário escolar fixado pelo Agrupamento de Escolas de Sardoal, e vigorará desde a data da sua assinatura, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Preço base

O preço base é o preço máximo que o Município de Sardoal se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, correspondendo a € 14.756,20 (catorze mil, setecentos e cinquenta e seis euros e vinte cêntimos), tendo em consideração o preço base unitário de €17,80/tempo letivo, valores isentos de IVA, para um total estimado de 829 sessões.

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I – Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I – Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Executar o trabalho adjudicado, com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Cumprir as condições fixadas para execução do trabalho no Caderno de Encargos, na proposta apresentada e no contrato a celebrar;
- c) Organizar, cooperar e coordenar os recursos humanos necessários bem como a promoção das medidas e recursos materiais necessárias ao desenvolvimento das atividades;
- d) Elaborar a planificação anual e dar conhecimento às partes envolvidas nomeadamente Município de Sardoal e Agrupamento de Escolas de Sardoal;
- e) Disponibilizar todos os conteúdos e recursos didáticos necessários ao desenvolvimento do objeto do contrato;

- f) Entregar ao Agrupamento de Escolas de Sardoal um relatório conclusivo de todas as atividades realizadas;
- g) Assegurar que os professores procedam à avaliação individual dos alunos no final de cada semestre letivo;
- h) Proceder ao recrutamento de professores, de acordo com o perfil exigido pela Portaria e demais legislação em vigor aplicável;
- i) Assegurar a substituição dos professores que careçam de faltar, para que as sessões previstas sejam efetivamente lecionadas;
- j) Comunicar antecipadamente ao Município de Sardoal os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- k) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias e sempre que solicitado pela entidade adjudicante;
- l) Garantir que o pessoal a afetar à prestação do serviço possui idoneidade para o exercício das funções, considerando que o objeto do contrato prevê o contacto regular com menores, bem como o disposto na Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto e no Decreto-Lei n.º 171/2015, de 25 de agosto, podendo o Município de Sardoal, caso assim o entenda, exigir a apresentação de certificado de registo criminal, devendo este ser apresentado num prazo de 10 dias.

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, incluindo a preparação, execução e encargos de todos os trabalhos.

Cláusula 6.ª

Forma de prestação do serviço

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter reuniões de coordenação com os representantes do Município de Sardoal e o Agrupamento de Escolas.

2 – As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para a reunião.

3 – O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município de Sardoal, com uma periodicidade referente aos finais do semestre letivo das atividades escolares, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

4 – No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

5 – Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Subsecção II – Dever de sigilo

Cláusula 7.^a

Objeto do dever de sigilo

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sardoal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.^a

Proteção de dados

O Município de Sardoal e o adjudicatário obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis

em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD”) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que acedam no âmbito e para efeitos do presente procedimento, dever este que abrange a totalidade dos trabalhadores e outros colaboradores afetos ao prestador de serviços.

Secção II – Obrigações do Município de Sardoal

Cláusula 10.^a

Preço contratual

- 1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sardoal deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11.^a

Condições de pagamento

- 1 — As quantias devidas pelo Município de Sardoal, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Sardoal das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida mensalmente com a prestação das atividades objeto do contrato, em função das horas efetivamente prestadas.
- 3 — Em caso de discordância por parte do Município de Sardoal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

5 – As faturas deverão ser emitidas de acordo com o previsto no art.º 299.º-B do CCP, sem prejuízo dos requisitos constantes no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28/12, e conter entre outras indicações a referência do contrato e o número de compromisso.

Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Sardoal pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$P = AF \times € 50,00$ (cinquenta euros), em que:

P = Valor da penalidade;

AF = Número de atividades em falta

2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor do contrato.

3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às sanções contratuais, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação escrita enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

3 — A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do contraente público com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 – O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Sardoal, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso, nesse prazo, acrescido dos juros de mora a que houver lugar.
- 3- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Capítulo IV – Caução e seguros

Cláusula 16.^a

Caução

Não será exigida a prestação de caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Seguros

- 1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício.
- 2 – O Município de Sardoal pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, de acordo com a lei vigente, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo que lhe for fixado.

Capítulo V – Resolução de litígios

Cláusula 18.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI – Disposições finais

Cláusula 19.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª

Gestor do contrato

Nos termos previstos no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução, será definido antes da adjudicação.

Cláusula 23.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - A presente prestação de serviços tem por objeto principal o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas de Sardoal, no ano letivo 2024/2025, de acordo com as definições constantes na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, e demais legislação, para um total de 7 turmas.

2 – A prestação de serviços inclui a elaboração de todos os trabalhos necessários ao cumprimento dos objetivos que estão subjacentes ao trabalho dos técnicos, nas respetivas áreas, por forma a

garantir a prestação junto de todos os anos de escolaridade, sendo as atividades lecionadas na Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Sardoal.

3 - A presente prestação de serviços tem a duração de 5 horas semanais por turma e contempla a dinamização de atividades de carácter facultativo e de natureza iminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam nos seguintes domínios:

1.º e 2.º anos	3.º e 4.º anos
<ul style="list-style-type: none">• Laboratório de Criatividade;• Crescer a Saber e Ser;• Observar, Refletir e Agir;• Iniciação às TIC.	<ul style="list-style-type: none">• Laboratório de Criatividade;• Crescer a Saber e Ser;• Observar, Refletir e Agir.

Cláusula 2.ª

Plano de colocação dos professores

1 - Com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data de início das Atividades de Enriquecimento Curricular, o adjudicatário deve entregar ao Agrupamento de Escolas de Sardoal, por correio eletrónico, a lista de afetação dos professores, bem como todos os elementos biográficos a eles relativos, que incluam:

- a) Curriculum Vitae, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e profissionais, formação profissional e quaisquer outros elementos relevantes;
- b) Documentos comprovativos das habilitações académicas enunciadas na legislação e da experiência de trabalho dos professores com crianças e jovens.

2 - Sempre que se verifiquem alterações aos registos biográficos dos professores, o adjudicatário deverá comunicá-las imediatamente ao Município de Sardoal e ao respetivo Agrupamentos de Escolas.

3 - O adjudicatário fica obrigado, no prazo máximo de cinco dias, a proceder, em articulação com o Agrupamento de Escolas e o Município de Sardoal, à substituição dos professores, sempre que, de modo comprovado, se verifique a sua inadaptação ou incapacidade para desenvolver a sua atividade de forma adequada, quer sob o ponto de vista pedagógico quer no âmbito da relação pedagógica ou do sistema de inter-relações.

Cláusula 3.ª

Remuneração dos professores

O adjudicatário fica obrigado a cumprir com o valor das remunerações dos professores bem como todo o processo burocrático daí inerente.

Cláusula 4.^a

Assiduidade e substituição dos professores

- 1 - Em caso de falta ou impedimento pontual do professor, o adjudicatário terá de assegurar a sua substituição, sob pena de lhe poder ser exigido o pagamento de uma pena pecuniária, de acordo com o previsto na Cláusula 12.^a do presente caderno de encargos.
- 2 - Em caso de interrupção definitiva da atividade por parte do professor, o adjudicatário terá de assegurar a sua substituição por outro, com o mesmo perfil.
- 3 - Na situação referida no número anterior, o adjudicatário fica obrigado a informar, de imediato e por escrito, a direção do Agrupamento de Escolas e o Município de Sardoal, bem como a proceder à entrega do respetivo certificado de habilitações do professor, nos termos do disposto no n.º 1 da Cláusula 2.^a das Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos.
- 4 - O adjudicatário deverá preencher um mapa mensal de assiduidade, até ao dia 08 do mês seguinte ao mês da leção.

Cláusula 5.^a

Constituição de turmas

As turmas para as Atividades de Enriquecimento Curricular serão constituídas, de acordo com as definições constantes no Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto, pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto e no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Cláusula 6.^a

Tempos letivos

- 1 - A prestação de serviços englobará um total de 829 tempos letivos de AEC, com a duração de 60 minutos, constituindo desta forma um tempo letivo. As sessões foram calculadas tendo por base o número de inscritos no ano letivo 2024/2025 e encontram-se distribuídas da seguinte forma:
 - Laboratório de Criatividade – 244 tempos letivos;
 - Crescer a Saber e Ser – 240 tempos letivos;
 - Observar, Refletir e Agir – 242 tempos letivos;
 - Iniciação às TIC – 103 tempos letivos.
- 2 - Durante o período de vigência do contrato, o número total de tempos letivos indicado no n.º 1 da presente cláusula poderá sofrer alterações devido a eventuais necessidades de reformulação na constituição das turmas e/ou dos horários.

Cláusula 7.^a

Duração e horário das sessões

- 1 – A duração das sessões é fixada em 60 minutos, sendo previsivelmente das 13h30 às 17h00.
- 2 – A mancha horária para as atividades deverá respeitar a seguinte proposta:

	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
13h30	2º C-Crescer a Saber e Ser 4ºF- Laboratório da Criatividade	4ºG -Crescer a Saber e Ser	1º 2ºB-Crescer a Saber e Ser 3ºD-Laboratório da Criatividade	1ºA- Iniciação às TIC 1º 2ºB- Observar, Refletir e Agir	3ºE- Observar, Refletir e Agir
14h30	1ºA-Crescer a Saber e Ser		2ºC-Laboratório da Criatividade	4ºF- Observar, Refletir e Agir 4ºG - Laboratório da Criatividade	2ºC- Observar, Refletir e Agir
16h00	1º 2ºB - Laboratório da Criatividade 3ºE-Crescer a Saber e Ser	3ºD- Crescer a Saber e Ser	1ºA- Laboratório da Criatividade 4ºF -Crescer a Saber e Ser	2ºC - Iniciação às TIC 3ºD - Observar, Refletir e Agir 3ºE- Laboratório da Criatividade	1ºA- Observar, Refletir e Agir 1º 2ºB - Iniciação às TIC 4ºG- Observar, Refletir e Agir

- 3 – As ofertas previstas no número anterior, sob proposta do adjudicatário e/ou do Agrupamento de Escolas, poderão sofrer alterações.

Cláusula 8.^a

Locais de funcionamento das atividades

As atividades decorrerão na Escola Básica do 1.º Ciclo de Sardoal, em espaços da comunidade ou outros locais que apresentem melhores condições ao seu desenvolvimento.

Cláusula 9.^a

Orientações programáticas e supervisão pedagógica

- 1 - As orientações programáticas deverão ser obrigatoriamente cumpridas pelos professores.
- 2 - A supervisão pedagógica e acompanhamento da execução da atividade de enriquecimento curricular no 1.º CEB é competência do Agrupamento de Escolas de Sardoal, em especial dos professores titulares de turma.
- 3 - A contratação do serviço inclui a participação dos professores em reuniões de avaliação e outras convocadas pela Direção do Agrupamento de Escolas, assim como a articulação com o professor titular de turma.
- 4 - O adjudicatário fica obrigado a entregar, quer ao Município de Sardoal quer ao Agrupamento de Escolas, uma planificação anual das atividades de carácter modular e com articulação entre as quatro áreas.

Cláusula 10.ª

Formação, avaliação e monitorização das atividades

- 1 - O adjudicatário é responsável pela qualidade das atividades.
2. O adjudicatário assegurará todos os meios indispensáveis à execução de um plano de formação contínua e de acompanhamento das atividades, ao longo do ano letivo.
- 3 - O adjudicatário fica, ainda, obrigado a entregar ao Município de Sardoal e Agrupamento de Escolas um relatório de avaliação das atividades, referente a cada semestre letivo, que obedeça ao modelo a fornecer por este, que incidirá sobre os seguintes itens:
 - a) Taxa de frequência /assiduidade das sessões por parte dos alunos;
 - b) Grau de satisfação dos alunos obtido através da realização de inquéritos junto dos alunos, dos professores e dos encarregados de educação, em cada semestre letivo;
 - c) Apreciação das condições logísticas de funcionamento;
 - d) Apreciação da supervisão e articulação pedagógica;
 - e) Recomendações gerais.

Cláusula 11.ª

Acidentes envolvendo alunos

- 1 - Os acidentes ocorridos no local e durante as atividades, bem como em trajeto para e de volta destas, ainda que realizada fora do espaço escolar, nomeadamente no âmbito de parcerias, serão cobertos pelo seguro escolar, nos termos legais.
- 2 - O professor deverá comunicar de imediato os acidentes ocorridos nas condições descritas no número anterior ao coordenador ou ao professor titular de turma do estabelecimento de ensino ou, ainda, à Direção do Agrupamento de Escolas de Sardoal.

Cláusula 12.ª

Recursos materiais

- 1 - É da responsabilidade do adjudicatário disponibilizar aos alunos e professores todo o tipo de manuais, documentos e materiais que sirvam de suporte ao desenvolvimento das atividades.
- 2 - O adjudicatário será responsável pela disponibilização de conteúdos e recursos didáticos aos professores responsáveis pela dinamização das atividades nas diferentes áreas, nomeadamente:
 - a) Disponibilização dos recursos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades propostas;
 - b) Articulação com o Município de Sardoal e Agrupamento de Escolas de Sardoal sobre utilização de recursos, pessoal e infraestruturas com vista ao desenvolvimento das atividades.

3 - Os documentos a que aludem os números anteriores terão de obedecer às orientações do Ministério da Educação e constar de dossier pedagógico, permanentemente atualizado e disponível para supervisão.

4 - O adjudicatário fica responsável pela correta utilização e conservação de todo o equipamento que, para o efeito, lhe seja cedido pelo Município de Sardoal, ou pelos estabelecimentos de ensino, correndo por sua conta as perdas e danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal, sendo também da sua responsabilidade os custos inerentes à utilização negligente de todo o equipamento posto à sua disposição, incluindo os danos a terceiros.

5 - Os professores afetos às atividades deverão, impreterivelmente, registar o sumário e a assiduidade dos alunos.

Cláusula 13.ª

Competências a desenvolver

As competências a desenvolver nas diferentes atividades são as seguintes:

Laboratório da Criatividade	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver competências criativas e de experimentação. • Reconhecer a importância das expressões artísticas (pintura, teatro, dança, escultura, etc.). • Promover as expressões artísticas como meio de comunicação e de simbolismo. • Contribuir para o desenvolvimento de um sentido estético e de crítica artística (espaço, cor, textura, forma). • Desenvolver habilidades plásticas e manuais. • Desenvolver a motricidade fina. • Fomentar a capacidade de expressão e criatividade. • Desenvolver a sensibilidade estética e o interesse pela expressão artística.
Crescer a Saber e Ser	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver competências e comportamentos de criatividade, autonomia, sentido de responsabilidade, organização e sentido cívico. • Desenvolver competências pessoais relevantes para o crescimento das crianças.
Observar, Refletir e Agir	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a capacidade de observação e reflexão. • Aquisição de conhecimentos e/ou competências no domínio da sustentabilidade, meio ambiente e economia circular. • Desenvolvimento de projetos que fomentem o espírito de iniciativa e de intervenção no meio local, baseados nos domínios da sustentabilidade e meio ambiente. • Atividades que estimulem a criança a: <ul style="list-style-type: none"> ○ Aprender a resolver problemas e lidar com obstáculos; ○ Aprender a responsabilizar-se pelas suas ações e escolhas; ○ Aprender a pensar por si própria.

<p>Iniciação às TIC 1º e 2º ano</p>	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver o sentido crítico, a capacidade criativa e o sentido de responsabilidade.• Promover as Tecnologias de Informação e Comunicação como forma de valorização pessoal.• Desenvolver a socialização, a organização e a capacidade de trabalho em grupo.• Utilizar o computador e outros dispositivos digitais como ferramentas de apoio ao processo de investigação e pesquisa.• Identificar diferentes meios e aplicações que permitam a comunicação e a colaboração.• Compreender a necessidade de práticas seguras na utilização de dispositivos digitais, nomeadamente no que se refere aos conceitos de privado/público.
---	--